

De posições solidárias está o purgatório abarrotado

Ass. Constit - COMISSÃO TRIV. DE ESTUDOS CONSTITUC.
HELIO SANTOS

11 ABO 1986

"Tomai-o vós, e crucificai-o; porque eu nenhum crime acho nele."

Pôncio Pilatos

Há um sonho novo nestes tempos constitucionais: passar o país a limpo repensando-o em seus múltiplos aspectos. Há quem vislumbre uma saída para a nação por esta via. Ora, isto levaria, infalivelmente, a mudanças significativas nas estruturas sociais, econômicas e políticas vigentes. Não se pode afirmar que o país vive um momento de fundação institucional, dentro de uma visão mais rigorosa. Entretanto, o sonho a que me referi opta pelo surgimento de um momento novo que não se confunde com o passado, sobretudo o passado recente.

Uma das tarefas principais da Comissão de Estudos Constitucionais, segundo o decreto que a criou, é "ouvir a nação". Como membro desta comissão é o que venho fazendo há dez meses. Estive em diversos Estados. Debati com estudantes de todos os graus, com donas-de-casa, homossexuais, sindicalistas, operários, profissionais de ensino e com todos os setores significativos da Comunidade Negra Brasileira. Nestas andanças, pude localizar um esgotamento do discurso institucional do político brasileiro (a população o rejeita com veemência). Ao mesmo tempo, há uma convicção de que o sonho por mudanças mais significativas é demasiadamente difícil de se concretizar, dadas as circunstâncias desfavoráveis em que o embate se dá neste momento. Particularmente, penso que todo este empenho constitucional só se justifica se procurar confluír os dois brasis: um moderno e industrial e outro arcaico e miserável. Este, o desafio da Nova República. Sem isto, a cidadania, para os brasileiros do Brasil marginal, continuará sendo mera afirmação constitucional. Além da marginalização social que ofende e agride a ética da cidadania, há a questão da democracia do cotidiano; isto é: a vida real — instância invisível para a média dos

políticos nacionais. Não vale trazer argumentos contra estas reivindicações do tipo: "não há recursos para tanto e a Constituição deve ser enxuta". Quando se fala em Constituição "enxuta" eu tenho medo é da desidratação... Depois, não se pode alegar falta de recursos em um país-continente com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, cujo subsolo não conseguimos ainda sequer prospectar e o qual sabemos dispor de uma riqueza colossal. Um solo rico e apto a matar a fome de parcela ponderável da população do planeta e, finalmente, sua riqueza maior: um povo disposto a trabalhar, onde a maioria da população tem menos de 30 anos! O que falta —isto sim— é vontade política de potencializar a imensa capacidade ociosa deste país.

A profa. Eunice Durham fez algumas colocações em artigo publicado na Folha (18/7/86), inteiramente aos fatos, ao analisar proposta encaminhada por mim e aprovada pela Comissão de Estudos Constitucionais. Nunca se pensou em reservar vagas nas universidades públicas, sem a competente habilitação dos alunos, na Comissão Arinos. Apesar de prática semelhante existir nos Estados Unidos, sem que isto provoque uma revolução como a que observamos aqui. O texto aprovado é o seguinte: "O acesso ao processo educacional é assegurado: a) pela adoção de um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público que, na forma da lei, confira a candidatos economicamente carentes, desde que habilitados, prioridade de acesso, até o limite de 50% das vagas". Trata-se, aqui, daquilo que se convencionou chamar "democracia compensativa" para aquele que, estando economicamente em franca desvantagem, consiga uma classificação, cuja nota não o impeça de fazer o curso com satisfatório desempenho. Uma boa parte das vagas é preenchida por pessoas com variações muito pequenas nas notas. O texto aprovado não fala apenas em

"universidade pública", mas em "estabelecimentos de ensino público". Concordamos que a palavra "carente" é um termo prejudicado. A alteração cabível foi pedida ao Grupo de Redação da Comissão.

No Brasil, os ditos "carentes" querem mesmo é comida, trabalho fixo e moradia. O distanciamento da universidade pública com o povo não se evidencia em quase todo o texto da ilustre colega, cujo título é "De boas intenções está o inferno calçado". Se acatelem todos, nossos verdes campi se manterão imunes ao povão que, como eu disse, quer mesmo é comida. Lá, continuaremos, muitos de nós, a discutir teses como "A influência dos ventos alíseos na menstruação das borboletas" e outras estórias afastadas da tragédia social desta estranha terra, onde seus acadêmicos mais ilustres ainda não hierarquizaram o que é fundamental em uma sociedade plena de desajustes como a nossa. E como se a universidade fosse um oásis, em meio à barbárie circundante.

Há o sóbrio argumento de que, entre outros, o papel da universidade é potencializar os mais dotados para que estes possam atuar em benefício do conjunto nacional. Ora, isto, decididamente, não ocorreu aqui. O próprio argumento da ilustre colega reforça de maneira limpa a nossa tese de abrir as escolas para aqueles supostamente carentes, mas que têm a criatividade e a energia próprias dos que lutam pela sobrevivência. Algo que os ditos "bem dotados" nem sempre têm. Ela afirma que o físico Ernesto Hamburger entende que temos um grande futebol, mas não bons físicos, pelo fato do futebol ser praticado... "por todas as camadas da população"... enquanto que na seleção dos físicos, os candidatos são poucos, "pois a precariedade do ensino público faz com que se apresentem às portas da universidade apenas os mais favorecidos economicamente" (os grifos são nossos). Depois, a professora arrisca

sobre algo que, efetivamente, não é doutra, quando, ironizando, propõe "a democratização do futebol brasileiro" aos jogadores carentes. João Saldanha —este sim doutor nesta matéria— afirma que na medida em que o futebol se elitizou, impedindo que "os negrinhos da periferia" pudessem jogar bola, nosso maior esporte "foi pro brejo". Leônidas da Silva, Zizinho, Didi, Garrincha, Pelé e Zico são exemplos nacionais de pessoas "carentes"; todos eles. Exatamente os maiores gênios do futebol que este país já teve.

Quanto à confusão que a professora faz com o "problema do negro", seria necessário um outro artigo para esclarecê-la sobre a sua real ignorância sobre o tema. Ela diz que, "ao que parece, uma das intenções da proposta é justamente favorecer a população de cor" (!?) (o grifo é nosso). Diz mais: "Os cientistas sociais deste país têm repetidamente se solidarizado com o Movimento Negro"... Eu diria que de posições solidárias o purgatório está abarrotado. Pôncios Pilatos que o diga. Quanto à ideia de reservar vagas para negros em universidades, em momento algum sequer foi cogitada. Nós não cometeríamos o despautério de propor isto em um país de não-brancos. A professora ironiza também Jorge Amado, defensor da nossa proposta, sugerindo "democratizar" a profissão de escritor. O que a professora sequer percebeu é o que eu, Jorge Amado e quase a totalidade da nação quer: democratizar o país como um todo. E isto exigirá a reversão do bizarro e equivocado conceito de universidade pública em nosso país, que, de "pública", só tem os recursos que a mantêm às custas de todos. Inclusive dos apelidados "carentes".

HELIO SANTOS, 40, é professor da PUC-Campinas (SP), presidente licenciado do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, assessor especial do governador do Estado de São Paulo e membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.